



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ^a VARA REGIONAL EMPRESARIAL E DE CONFLITOS RELACIONADOS À ARBITRAGEM DA 1ª REGIÃO ADMINISTRATIVA JUDICIÁRIA – GRANDE SÃO PAULO

LE SAC COMERCIAL CENTER COUROS LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF 61.777.009/0001-06 e com sede à Estrada Tenente Marques, nº 1.818, Santana de Parnaíba-SP, CEP 06534-030, por seus advogados que esta subscrevem, com lastro na Lei 11.101/2005 - Lei de Recuperação de Empresas e demais legislações correlatas, vêm, respeitosamente, requerer digno-se V. Exa. conceder-lhe os benefícios de uma **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, com o objetivo de viabilizar a superação de sua passageira crise econômico-financeira, pelas razões a seguir expostas:

1. HISTÓRICO DA IMPETRANTE

A Requerente iniciou suas atividades em **1967**, tendo por objeto o comércio varejista de bolsas, malas e artigos de viagem, bem como vestuário e acessórios.

O objetivo era oferecer ao mercado os melhores produtos nesta seara, atendendo a diversos tipos de público, tais como infantil e educacional, moda e executivos, oferecendo artigos confiáveis e duráveis.




Em mais de cinco décadas de história, orgulha-se de estar presente em diversas cidades do Brasil, possuindo atualmente 45 lojas próprias e 98 franquizadas, todas sob a conhecida bandeira “Le Postiche”. Antes da crise, em períodos passados, chegou a ter 250 lojas!

Apesar de enfrentar um ambiente competitivo, ao lado de diversas gigantes varejistas, sempre esteve posicionada com destaque frente ao mercado, sendo amplamente conhecida por seu público-alvo.

Em seu portfólio de produtos apresenta soluções para diversas necessidades pessoais, destacando-se bolsas, malas, carteiras, cintos e acessórios, em couro ou outros materiais, sempre de qualidade inquestionável.

Denota-se, portanto, que a Requerente mantém um amplo portfólio, o que lhe permitiu, no decorrer dos anos, figurar como uma das principais *players* do mercado nacional, sendo presença constante em shoppings e outros centros e endereços comerciais de renome.

Para alcançar e manter esse crescimento, sempre pautou suas atuações dentro de rigorosos princípios éticos e seguindo uma política de eficiência total e qualidade controlada, mesmo enfrentando agressiva competitividade.

Possui uma equipe de funcionários e franqueados dedicada a atender diversos perfis de clientela, desenvolvendo um relacionamento de longo prazo, baseado em excelência e conhecimento das necessidades específicas e atuais. O ambiente de trabalho é cuidadosamente planejado, e as lojas desenvolvidas para atrair e acolher a sua fiel clientela. 

MANDEL

A D V O C A C I A

Atende também seus clientes pelo ambiente virtual <https://www.lepostiche.com.br/> possibilitando a estes o acesso a sua ampla gama de opções de produtos no conforto de suas casas.

Em suas atividades, emprega diretamente 600 funcionários diretos, gerando aproximadamente 3.000 empregos indiretos através de uma rede de mais de 300 fornecedores/parceiros/franqueados.

Todos os funcionários gozam de todos os benefícios legais e exercem suas funções dentro da mais absoluta segurança de trabalho. São agraciados com vale transporte, assistência médica, assistência odontológica, vale refeição, colônia de férias, descontos em produtos e com parceiros, auxílio bolsa de estudo.

Em suas atividades recolhe diversos impostos (além dos Encargos Sociais/Contribuição Previdenciária), tais como INSS, ISSQN, FGTS, PIS, COFINS, IRRF, CSSL, ICMS e outros encargos.

Por conta do seu histórico, a Requerente figura como grande empresa no seguimento que atua, sempre exercendo suas atividades com sucesso, além de gozar do maior e melhor conceito na praça e junto às organizações especializadas em crédito, bem como com seus próprios fornecedores, pagando seus compromissos com pontualidade e honestidade.

Percebe-se, assim, a importância da Requerente no cenário econômico local e nacional, bem como a sua total viabilidade econômica, fatos comprovados pela longa trajetória de destaque no seu ramo de atividade, de modo que os últimos problemas ocasionados por situações de mercado e

MANDEL

A D V O C A C I A

instabilidades econômicas que vem prejudicando a empresa são perfeitamente contornáveis através da Recuperação Judicial.

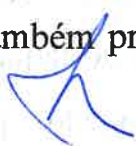
2. DA CRISE ECONÔMICA SUPERÁVEL E SUAS CAUSAS

Nos últimos anos, diversos fatores inerentes ao mercado interno bem como as instabilidades políticas e econômicas que se sucederam no cenário brasileiro vem comprometendo os resultados da Le Postiche.

Em que pese a forte presença de mercado, fruto da atuação destacada e sempre primando pela melhor qualidade de seus produtos e bom atendimento aos clientes, por razões estranhas à vontade e imprevisíveis, os resultados da empresa passaram a se mostrar insuficientes para a cobertura de seus custos, de forma que se viu impossibilitada de satisfazer seus compromissos.

Se fosse possível resumir as inúmeras causas que culminaram em seu atual estado de crise econômica, fatalmente se concluiria que, em que pese o seu relevante volume de vendas, houve um descasamento entre o custo de aquisição dos produtos no mercado e o preço possível de ser praticado junto ao cliente final, uma vez que enquanto os produtos e seus custos de aquisição tiveram aumentos significativos nos últimos anos, infelizmente, o preço final não poderia ser repassado na mesma escala. E isso sem contar custos operacionais, como locações, pessoal e outros mais, que também aumentaram.

Este cenário não atingiu somente a Requerente. Muitas empresas varejistas enfrentam períodos de instabilidade. Redes conhecidas como Ricardo Eletro, Barreds, Handbook, Leader e similares, em que pese sua relevante presença no mercado, também precisaram se socorrer do Poder Judiciário para manter-se em atividade.



MANDEL

A D V O C A C I A

Diante de tal quadro, o fluxo de caixa da Requerente passou a sofrer desequilíbrio, uma vez que o distanciamento entre os prazos para efetiva venda dos produtos finais e o prazo de compra junto aos seus fornecedores fazia com que a requerente “financiasse” indiretamente o setor, em detrimento de sua própria operação.

Estas instabilidades geraram uma queda de 5% das vendas no ano de 2017, levando a empresa a reagir, remodelando lojas, fortalecendo a atividade de e-commerce e reestruturando questões societárias. Tais medidas geraram crescimento das vendas nos anos de 2018 e 2019, mostrando que a Le Postiche reagiu bem diante dos fatores negativos e não precisou se socorrer de medidas mais drásticas, mas a Le Postiche teve de se socorrer de empréstimos e refinanciamentos bancários, cujas pesadas taxas terminaram por sufocar suas margens financeiras, mas antes da pandemia vinha conseguindo arcar com seus compromissos mesmo assim.

A empresa adotou várias medidas de otimização. Restruturação societária, redução do corpo de diretores, fechamento de lojas deficitárias, e encerramento de Centro de Distribuição próprio, recálculos de preços, enfim, foram diversas providencias adotadas visando enfrentar o cenário negativo. E os resultados estavam sendo colhidos.

Contudo, um cenário econômico marcado por incertezas virou uma dura realidade: sobreveio a pandemia do “coronavirus”, atingindo duramente toda a economia mundial. Visando evitar o contágio em massa da população e o colapso do sistema de saúde os governos estaduais instituíram “quarentenas” determinando o fechamento de comércios de itens não essenciais, principalmente os shoppings centers. Com isso os clientes simplesmente **cessaram as compras** no varejo como um todo.

MANDEL

A D V O C A C I A

Artigos de viagem, que representam 48% das vendas da empresa, tornaram-se simplesmente “supérfluos”, uma vez que deslocamentos dentro do território nacional – e também viagens internacionais – foram imediatamente restritos pelas autoridades. Com isso, a partir de março de 2020, as vendas caíram inacreditáveis 98%.

Outros itens comercializados pela empresa, como artigos destinados ao público escolar e a moda em geral, também tiveram um declínio imediato e crítico de vendas, dada a suspensão de aulas e outras atividades presenciais.

Com as vendas praticamente zeradas, mesmo com sua presença no mundo virtual, não é difícil concluir que o caixa da empresa foi severamente afetado de imediato.

Além disso, ocorreu uma mega desvalorização da nossa moeda: o real é a moeda mais desvalorizada no mundo perante o dólar no ano de 2020 e parte relevante dos produtos que comercializa são importados.

Alguns valores relevantes para suas despesas fixas como aluguéis de imóveis e taxas praticadas por shopping centers foram renegociados durante o período da pandemia, mas o fato é que com as vendas praticamente zeradas estas concessões por parte dos fornecedores não se apresentaram como uma solução completa para o problema.

Por outro lado, o e-commerce não respondeu conforme esperado, até mesmo porque os artigos vendidos pela empresa pelo meio virtual destinam-se às mesmas atividades praticamente paralisadas no decorrer da pandemia: viagens e ‘volta as aulas’.

MANDEL

A D V O C A C I A


Dentro do contexto de crise econômica mundial e retração do PIB, com expectativa de aumento considerável do desemprego, o consumo das famílias tende a diminuir, com corte de tudo aquilo que não é essencial.

Logo, enquanto não for superada a crise advinda do “Covid-19”, as empresas necessitam de uma proteção para ainda figurar no mercado até uma futura adequação ou normalização da economia.

Durante todo o ano de 2020 a Impetrante lutou para se adaptar à inédita situação de mercado, e se manteve em atividade, retomando pouco a pouco suas atividades presenciais. Além do retorno gradual do comércio, beneficiou-se também de acordos realizados naquele contexto com fornecedores e instituições financeiras, acreditando que em 2021 a normalidade comercial, pouco a pouco, se restabeleceria.

Mas logo ao início de 2021 uma vez mais os casos de contágio e óbitos decorrentes da nova doença dispararam, levando os governos a, uma vez mais, intensificar as medidas restritivas. Neste novo cenário de fechamento maciço do comércio e retração do consumo, as diversas medidas de combate à crise adotadas no último ano se revelaram meramente paliativas.

Em consequência de tal cadeia de fatos, a empresa encontra-se em episódica crise econômico-financeira, apesar dos mais diligentes esforços de seus administradores para vencê-la. A empresa já diminuiu o seu tamanho buscando adaptar-se. Reduziu sua equipe, sua estrutura, fechou lojas, e operou cortes nos custos operacionais e uma menor complexidade de suas rotinas empresariais.



MANDEL

A D V O C A C I A

Para enfrentar o crescimento de seu passivo, diversas rodadas de negociações foram realizadas, até mesmo dentro do contexto pandêmico, contando a empresa com assessoria de advogados e consultorias especializadas nesta última tentativa de resolução destas pendências.

Muitos acordos foram feitos, e vários credores, inclusive bancos e shoppings (até mesmo em respeito à parceria de tantos anos e em vista do histórico da Impetrante), apoiaram a empresa e concederam prazos para pagamento.

Mas mesmo dentro do cenário ora enfrentado em nível mundial, a Le Sac não obteve um retorno positivo de todos os seus credores e parceiros.

Embora muitos destes sinalizassem que concederiam prazos e condições adequados à realidade da empresa, até mesmo pelos longos anos de relacionamento com a Le Sac, outros, ao mesmo passo, ou não cederam em suas posições, buscando impor obrigações inviáveis à empresa, ou sequer sinalizaram a disposição em negociar, de forma que a Impetrante não vislumbrou outra alternativa que não fosse uma solução concursal e igualitária para o problema – daí, a recuperação judicial.

É fato que neste interim sobreveio a Lei 14.112/2020, alterando substancialmente a recuperação judicial, facilitando a recuperação extrajudicial e introduzindo ao sistema concursal brasileiro novas medidas visando a proteção das empresas, como a mediação e tutelas de urgência.

Considerando-se que antes mesmo do advento de tal lei a Impetrante já vinha realizando diversos acordos e repactuações com seus

MANDEL

A D V O C A C I A

credores, havendo ainda que se considerar que parte de suas obrigações se refere a locação dos pontos de venda (onde na maioria dos casos todos os limites de negociação já foram superados), a única ferramenta que irá conferir a segurança necessária para manter a Le Sac no mercado será a recuperação judicial, para proteção de seus ativos e manutenção de suas operações.

Apesar de todo o exposto, a Requerente acredita ser transitória sua atual situação, visto já terem sido tomadas as medidas administrativas e financeiras necessárias para equilibrar a sua receita.

Os atuais indicadores apontam para uma estabilização em curto/médio prazo da economia e do consumo, atingidos duramente no início da pandemia. O início da vacinação em nível nacional também tende a estimular o retorno das viagens, além da volta as aulas presenciais, **havendo, portanto, uma importante demanda represada para a potencial clientela da Le Sac.** E esta espera, ao assim ocorrer, estar em funcionamento e devidamente protegida de medidas mais agressivas por parte de seus credores para atender estes clientes como eles merecem.

Assim, para efetiva superação dessa crise, surge a necessidade da Recuperação Judicial, com o objetivo de ajustar o caixa, buscando o equilíbrio financeiro exigido para quitação de todos os seus débitos.

A Lei de Falências e Recuperação de Empresas brasileira enseja a **RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS**. Este espírito de preservação da empresa, como uma unidade produtiva geradora de empregos e circuladora de riquezas, está em consonância harmônica com a tendência moderna do Direito Falimentar.

MANDEL

A D V O C A C I A

Com apoio da lei e da Justiça, na sua tradição e no férreo esforço de seus titulares, a Impetrante seguramente recuperará a saúde empresarial.

3. DA INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS PARA O PEDIDO:

Não se encontra a Impetrante impedida de obter os benefícios de uma Recuperação Judicial, pois:

- a) preenche as condições e requisitos estabelecidos no artigo 48 da Lei 11.101/05;
- b) seus sócios e diretores jamais foram falidos e tampouco condenados pela prática de crime falimentar ou qualquer dos delitos expostos na Lei de Recuperação Judicial e Falências;
- c) a empresa foi regularmente constituída com seus Contratos Sociais devidamente arquivados perante a Junta Comercial competente há mais de dois anos, nos termos do artigo 48 da LRF;
- d) nunca impetrou Recuperação Judicial no passado;
- e) tem como objeto social, resumidamente, o comércio varejista de bolsas, malas e artigos de viagem, bem como vestuário e acessórios;
- f) apresenta junto a este pedido todos os documentos que comprovam as alegações acima expostas, e em especial, aqueles previstos no artigo 51 da Lei 11.101/2.005, o que, por si só, e com a devida vênia, lhe faz merecer o deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial.

MANDEL

A D V O C A C I A

a. **Desnecessidade de perícia prévia – empresa de atuação nacional**

Dentre as inovações da Lei 14.112/20, foi incluída no sistema falimentar brasileiro a chamada “perícia prévia” em recuperação judicial, prática jurisprudencial que não era contemplada na redação anterior, e adotada somente em casos específicos, com suspeitas de fraudes, especialmente em casos com indícios de ausência de atividade empresarial em vigor.

Podemos denotar do novo artigo 51-A da Lei que *“...poderá o juiz, quando reputar necessário, nomear profissional de sua confiança, com capacidade técnica e idoneidade, para promover a constatação exclusivamente das reais condições de funcionamento da requerente”*.

Se conclui da leitura do texto legal que a perícia seria aplicada apenas em processos que demonstrem real necessidade. Até porque nas experiências do tempo em que a perícia prévia era apenas criação jurisprudencial, foram poucos os casos em que recuperações do porte da Imperante foram indeferidas após a perícia.

Afinal, a situação jurídica das empresas que pedem recuperação costuma ser delicada, pois o simples fato de distribuírem o pedido faz com que os créditos existentes até tal data se tornem sujeitos ao mesmo.

Logo, o prazo de realização da perícia pode servir para que credores promovam ações antes do deferimento, sendo que somente tal decisão teria o condão de suspender execuções ou impedir o avanço dos credores em bens do devedor.

MANDEL

A D V O C A C I A

Em artigo sobre o tema, o Exmo. Juiz Especializado Paulo Furtado Oliveira Filho, da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Capital, assim analisou:

“De acordo com a legislação brasileira, só o devedor em crise pode ajuizar o pedido de recuperação judicial. Cabe a ele exclusivamente a iniciativa de tentar a solução da sua crise pelo meio judicial. E o artigo 52 da lei 11.101/2005 dispõe que, estando em termos a documentação exigida no artigo 51 da mesma lei, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial.

A lei 11.101/2005 não atribuiu ao juízo da recuperação neste momento inicial um juízo de cognição exauriente sobre o estado de crise da empresa. Quem fará tal análise são os credores, após a apresentação do plano de recuperação pelo devedor. Aprovado o plano, permanecerá em atividade o devedor; rejeitado o plano do devedor, será decretada a sua falência.

Portanto, a análise da documentação elencada no artigo 51 cabe ao juiz que preside o processo de recuperação, e não ao administrador judicial. O juiz não fará um mero check list da presença de todos documentos, mas um juízo de cognição sumária dos fatos, para o que, entende-se, tem plenas condições, na maioria dos casos, mesmo sem o auxílio de um perito.

Porém, quando os devedores apresentam seus pedidos de recuperação judicial, têm pressa de ver deferido o seu processamento e suspensas as ações e execuções individuais. Postergar esse momento justifica-se apenas em casos excepcionais, na medida em que o stay period é da essência de qualquer procedimento de insolvência.

Como se vê, a perícia prévia pode constituir ferramenta importante a evitar o uso abusivo da recuperação judicial, sobretudo para finalidade fraudulenta, o que, por certo, não constitui regra. Não havendo qualquer suspeita fundada de fraude no pedido, não há razão para a adoção de tal medida.”¹

¹ “Perícia prévia na recuperação judicial: a exceção que virou regra?” – disponível em <https://www.migalhas.com.br/coluna/insolvencia-em-foco/279351/pericia-previa-na-recuperacao-judicial--a-excecao-que-virou-regra>

MANDEL

A D V O C A C I A

Ora, trata-se de pedido de recuperação judicial de uma das mais conhecidas e tradicionais redes varejistas do país. Não há por que se perder tempo, data máxima vênua, em constatações de atividades e relatórios que concluirão o óbvio (ou seja, que a empresa existe e está em atividade regular) e neste precioso intervalo submeter a empresa aos riscos decorrentes do pedido ainda não ter sido deferido, e aumentar o custo do processo.

Desta forma, tratando-se de faculdade legal conforme exposto em lei, e não havendo qualquer indício de irregularidade no pedido, requer seja deferido de imediato o pedido de recuperação judicial, conforme já praticado pela jurisprudência².

4. DO SEGREDO DE JUSTIÇA ATÉ O DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO E PARA A LISTA DE BENS DOS SÓCIOS E DA FOLHA SALARIAL/CUSTOS DE RESCISÃO:

Tendo em vista o porte do presente processo e o número de pessoas envolvidas, especialmente antigos e atuais funcionários, e dada a sensibilidade de parte das informações ora apresentadas para atendimento ao artigo 51 da LREF, requer se digne V. Exa. determinar o trâmite do processo em segredo de justiça, na forma do artigo 189 do Código de Processo Civil.

Prudente ainda lembrar o contexto da promulgação da Lei Nacional de Proteção de Dados - Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019 – a qual

² “Em situações excepcionais, em que se forma litisconsórcio de grandes conglomerados econômicos, tem-se admitido exame prévio da documentação contábil, mas aqui a exceção não pode ser albergada, não se tratando de caso similar. Concedo provimento jurisdicional liminar para afastar a determinação de apuração prévia pela sociedade Trust Serviços, cumprindo ao magistrado analisar o pedido formulado em observância ao artigo 52 da Lei nº 11.101/2005” – decisão do Des. Caio Marcelo Mendes de Oliveira no AI nº 2164204-71.2016.8.26.0000

MANDEL

A D V O C A C I A

estabelece a responsabilidade em se preservar “o segredo empresarial e do sigilo das informações” – art. 55-J, § 5º.

Ademais, tal sigilo não será imposto às partes do presente processo – que terão acesso aos dados assim que seus advogados juntarem procuração (art. 189, §1º), e tampouco ao administrador judicial porventura nomeado, mas somente a terceiros que, por eventual má fé, queiram acesso a dados sensíveis como folha de pagamento, valores praticados na aquisição de produtos e outras informações que necessariamente serão veiculadas nestes autos.

Caso assim não entenda possível V. Exa., que ao menos seja mantido, caso indeferido o pedido, o segredo de justiça sobre a relação de funcionários e respectivos salários, bem como sobre a posição patrimonial dos sócios e diretores, bens estes protegidos, ademais, pelo sigilo fiscal.

5. PEDIDOS FINAIS:

Tendo em vista que a Le Postiche se encontra ameaçada por credores insatisfeitos, estando esgotadas as vias negociais, e apresentados neste momento todos os documentos previstos em lei, **requer seja deferido o processamento do pedido de recuperação judicial como medida de urgência**, comprometendo-se a apresentar o Plano de Recuperação Judicial no prazo legal.

Com relação a tal tema, sendo certa a urgência que uma empresa possui em ver deferido o processamento do pedido, convém anotar a posição do mestre MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO em sua festejada obra Lei de Recuperação de Empresas e Falências Comentada, página 159, ao comentar

MANDEL

A D V O C A C I A


acerca da instrução documental da petição inicial da recuperação: "(...) se o juiz verificar que a documentação está em termos, deverá desde logo prolatar despacho deferindo o processamento da recuperação (...)".

Outrossim, com base no mesmo entendimento doutrinário e com amparo na ampla jurisprudência existente sobre o tema, caso V. Exa. entenda, o que se admite apenas para fins de argumentação, que deva ser apresentado algum documento complementar, requer se digne V. Exa. conceder à empresa prazo hábil para a sua apresentação, contudo, entende ser mais interessante a todos, especialmente aos credores, se **deferir de forma imediata o processamento do pedido**, comprometendo-se a apresentar eventuais dados complementares **após o deferimento**.

Isto porque, conforme explícito na lei recuperacional, **apenas com o deferimento do processamento a empresa estará segura contra ações e execuções individuais que visem satisfazer de forma singular créditos que fatalmente estarão sujeitos a este procedimento**.

E somente com o deferimento do processamento é que se afastará a insegurança de seus funcionários, clientes e fornecedores sobre o seu destino. O processamento da recuperação gerará segurança jurídica.

Apesar de entender que cumpriu com todos os requisitos previstos, caso V. Exa. entenda de forma diferente, fica desde logo a Impetrante comprometida a entregá-los logo após o processamento, ou roga que seja concedido prazo razoável para sua entrega. Neste sentido é o entendimento do TJ-SP, que sumulou o assunto:



MANDEL

A D V O C A C I A

Súmula 56: Na recuperação judicial, ao determinar a complementação da inicial, o juiz deve individualizar os elementos faltantes.

Por fim, o sistema processual vigente prevê expressamente a possibilidade de emenda da inicial, a individualização das pendências e o prazo de 15 (quinze) dias úteis para a regularização, sob pena de indeferimento – art. 321 do Código de Processo Civil.

Em vista do exposto, nos termos da celeridade prevista na lei falimentar, endossada pelo novo sistema processual, requer se digne V. Exa. deferir o processamento do pedido de Recuperação Judicial, comprometendo-se a apresentar o Plano de Recuperação no prazo legal.

Dá se à causa, na forma do artigo 51, § 5º, o valor de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), requerendo desde já, tendo em consideração a situação econômica da empresa, as consequências do grave contexto pandêmico e a evidente dissonância existente entre um pedido de recuperação judicial e o recolhimento de custas iniciais pelo teto legal, que V. Exa. defira o recolhimento de custas **ao final do processo**, conforme jurisprudência pacífica do E. Tribunal de Justiça deste Estado³.

³ Valor da causa - Recuperação Judicial. Estimativa pela vantagem econômica perseguida pelo devedor – Fixação que depende de fatores diversos – Diferimento, inclusive da atribuição de valor, para momento posterior à concessão da recuperação - Recurso provido. (TJSP; Agravo de Instrumento 2047185-78.2015.8.26.0000; Relator (a): Fortes Barbosa; Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro Central Cível - 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais; Data do Julgamento: 29/04/2015; Data de Registro: 05/05/2015)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. VALOR DA CAUSA. Majoração do valor da causa com base no valor do ativo circulante. Inadequação da decisão. Vantagens econômicas visadas pela recuperanda ao final. Proveito correspondente à diferença entre o valor nominal do passivo e o saldo novado mediante aprovação do plano pela assembleia geral de credores. Manutenção do valor atribuído na petição inicial. Recolhimento da diferença poderá ocorrer ao final, na forma do art. 63, II, da Lei n. 11.101/05. Decisão reformada. Recurso provido. (TJSP; Agravo de Instrumento 2202451-87.2017.8.26.0000; Relator (a): Hamid Bdine; Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro Central Cível - 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais; Data do Julgamento: 18/01/2018; Data de Registro: 18/01/2018)

MANDEL

A D V O C A C I A

A Le SAC teve a totalidade de suas lojas fechadas na fase emergencial decretada em março pelo Governo, com queda abrupta de seu faturamento, e não há disponibilidade de caixa para pagamento de nenhum custo que não seja totalmente essencial.

A situação é emergencial e inédita em nosso País, e espera-se sensibilidade do Poder Judiciário no tocante às custas de um processo envolvendo uma empresa em crise. Há casos até mesmo de gratuidade de custas aplicado a empresas em recuperação judicial.

Alternativamente, requer seja determinado o pagamento parcelado das custas, nos mesmo moldes do pagamento praticado em processos de execução (como parâmetro), se comprometendo a Impetrante a pagar as custas em seis parcelas mensais, vencendo a primeira logo após a concessão da recuperação judicial.

Termos em que, pede deferimento.

São Paulo, 20 de abril de 2021

Julio Kahan Mandel
OAB/SP 128.331

Paulo C. S. Calheiros
OAB/SP 242.665

Pela Impetrante:



LE SAC COMERCIAL CENTER COUROS LTDA.

